

Presidente

Secretária

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2012, NO SALÃO NOBRE DO
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

PRESENCAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores Vereadores António Pinto Carreira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho e Margarida José César Osório Silva Duarte.

AUSÊNCIAS

Não se verificaram ausências.

SECRETARIOU

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD 02)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e trinta e cinco minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** informou o executivo da sua presença na reunião, em Lisboa, no dia 16 de outubro do corrente ano, com a Administração das Águas de Portugal, dando conhecimento que o processo de fusão está em curso, segundo o plano "já aprovado pela tutela", haverá uma única empresa a Norte, outra no Centro e outra, ainda, no Algarve.

Presidente

Secretária

A fusão das empresas do grupo faz parte da estratégia de harmonização tarifária da AdP, segundo a qual, a partir de 2013, a fatura da água vai ser gradualmente igual para todo o país.

ASSOCIAÇÕES (COD 08)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do ofício, datado de 15 de outubro de 2012, emanado da Manufatura de Tapeçarias de Portalegre, agradecendo todo o apoio prestado por esta Câmara Municipal, à visita dos embaixadores às exposições “Nós na Arte”.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ASSOCIAÇÕES (COD 08)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do ofício n.º 201, datado de 10 de outubro de 2012, enviado pelo Município de Resende, agradecendo a amabilidade demonstrada ao ceder as grades metálicas, que foram utilizadas na organização das festas concelhias – Labareda/2012.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

RELIGIÃO (COD 54)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do ofício n.º 11244, datado de 12 de outubro de 2012, enviado pela Direção-Geral do Património Cultural, relativamente à classificação como monumento de interesse público da Igreja do Mosteiro das Chagas, freguesia de Almacave, concelho de Lamego.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

SAÚDE (COD 56)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do ofício n.º 24512, datado de 9 de outubro de 2012, enviado pela Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., relativo ao Hospital de Proximidade de Lamego, referindo que tomou a devida nota da ata da sessão ordinária da assembleia Municipal de Lamego, realizada no dia 24 de setembro de 2012, onde consta a Moção relativa ao referido Hospital.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

Presidente

Secretária

PATRIMÓNIO (COD 47)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo da aquisição de uma parcela de terreno, necessária à “construção da circular externa de Lamego entre a rotunda Dr. Fernando Amaral e a estrada das Amoreiras – 2ª fase”, a desanexar ao prédio urbano a seguir descrito:

-O prédio encontra-se inscrito na matriz sob o artigo n.º 3129, descrito na CRP sob o n.º 01860/24102001, da freguesia de Almacave, em nome de Delfim Duarte Santiago, Lda.

O encargo resultante desta aquisição será satisfeito pela seguinte dotação do orçamento em vigor, prevista no Orçamento e Grandes Opções do Plano através do projeto 2001 I 109, no qual tem cabimento na classificação económica 070301, cabimento n.º 501/2012.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

CÂMARA MUNICIPAL (COD 14)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do ofício n.º 748, datado de 25 de outubro de 2012, enviado pela Câmara Municipal de Lamego, informando que endereçaram à Associação Nacional de Municípios Portugueses e aos Grupos Parlamentares o manifesto do mais vivo repúdio pela alteração proposta no artigo 77º da Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2013, que se traduz um aumento de 5% a pagar pelos Municípios para a Caixa Geral de Aposentações e que abrange a quase totalidade dos trabalhadores municipais em funções públicas.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

CÂMARA MUNICIPAL (COD 14)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do seu despacho, datado de 29 de outubro de 2012, no qual deferiu a pretensão da senhora vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, de designação como vereadora a meio tempo, com efeitos a partir de 29 de outubro de 2012, dado que, por razões de caráter profissional, e por lhe ter sido dito da existência de vaga que poderá ser ocupada de imediato, decidiu regressar ao Agrupamento de Escolas

Presidente

Secretária

de Latino Coelho, Lamego, para continuar a desempenhar as funções de Professor Titular de Línguas, na referida Escola.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16 DE OUTUBRO DE 2012 (COD 03)

Presente à reunião para deliberação a ata da reunião ordinária da Câmara do dia 16 de outubro de 2012, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausente o senhor Vice-Presidente da Câmara.

02-ASSUNTO: APLICAÇÃO DA TARIFA DE FUGAS EM CONSUMOS ELEVADOS (COD 01)

REQUERENTE: SÍLVIA MARAVILHA SILVA DUARTE

LOCAL: LUGAR DE ENTRE ÁGUAS, PENUDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 536/01/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 642/DMSU, de 8 de outubro de 2012, seja autorizada a retificação da fatura n.118292/2012 de setembro, com base na tarifa de fugas prevista no Capítulo XI, ponto 2.3, do art.2.º da Tabela Geral de Taxas e Licenças, ao abrigo do n.5 do art.40.º do Regulamento de Águas.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vice-Presidente da Câmara.

03-ASSUNTO: PEDIDO DE DESISTÊNCIA DE CONTRATO DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: JOAQUIM PEREIRA GONÇALVES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 537/01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, referindo que o senhor Joaquim Pereira Gonçalves, foi notificado, através do ofício n.º 8412, de 7 de agosto de

Presidente

Secretária

2012, dos fundamentos vertidos na informação n.º 481/DMSU, de 18 de julho de 2012, no sentido de indeferimento da pretensão identificada em epígrafe.

Face ao exposto e tendo-se determinado o prazo de 10 dias, nos termos do n.º 1 do artigo 101º do CPA, sem que o mesmo se pronunciasse, propõe à Câmara Municipal que delibere o indeferimento da pretensão formulada.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão do requerente, nos termos propostos.

Ausente o senhor Vice-Presidente da Câmara.

04-ASSUNTO: PEDIDO DE DESISTÊNCIA DE CONTRATO DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: CARLOS JOSÉ SOUSA SILVA ALMEIDA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 538/01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, referindo que o senhor Carlos José Sousa Silva Almeida, foi notificado, através do ofício n.º 9298, de 30 de agosto de 2012, dos fundamentos vertidos na informação n.º 546/DMSU, de 22 de agosto de 2012, no sentido de indeferimento da pretensão identificada em epígrafe.

Face ao exposto e tendo-se determinado o prazo de 10 dias, nos termos do n.º 1 do artigo 101º do CPA, sem que o mesmo se pronunciasse, propõe à Câmara Municipal que delibere o indeferimento da pretensão formulada.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão do requerente, nos termos propostos.

Ausente o senhor Vice-Presidente da Câmara.

05-ASSUNTO: PEDIDO DE DESISTÊNCIA DE CONTRATO DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: ANTÓNIO LOPES RODRIGUES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 539/01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, referindo que o senhor António Lopes Rodrigues, foi notificado, através do ofício n.º 9299, de 30 de agosto de 2012, dos fundamentos vertidos na informação n.º 545/DMSU, de 22 de agosto de 2012, no sentido de indeferimento da pretensão identificada em epígrafe.

Face ao exposto e tendo-se determinado o prazo de 10 dias, nos termos do n.º 1 do artigo 101º do CPA, sem que o mesmo se pronunciasse, propõe à Câmara Municipal que delibere o indeferimento da pretensão formulada.

Presidente

Secretária

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão do requerente, nos termos propostos.

Ausente o senhor Vice-Presidente da Câmara.

06-ASSUNTO: PEDIDO DE DESISTÊNCIA DE CONTRATO DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: MANUEL AZEVEDO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 540/01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, referindo que o senhor António Lopes Rodrigues, foi notificado, através do ofício n.º 8238, de 19 de julho de 2012, dos fundamentos vertidos na informação n.º 468/DMSU, de 13 de julho de 2012, no sentido de indeferimento da pretensão identificada em epígrafe.

Face ao exposto e tendo-se determinado o prazo de 10 dias, nos termos do n.º 1 do artigo 101º do CPA, sem que o mesmo se pronunciasse, propõe à Câmara Municipal que delibere o indeferimento da pretensão formulada.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão do requerente, nos termos propostos.

Ausente o senhor Vice-Presidente da Câmara.

07-ASSUNTO: MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR COM A UNIVERSIDADE SÉNIOR JERÓNIMO CARDOSO (COD 20)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 541/20/12, da senhora Vereadora da Juventude e Desporto, propondo que seja aprovada a minuta do Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Lamego e a Universidade Sénior Jerónimo Cardoso – Lamego, que visa proporcionar experiências interativas aos alunos com a utilização do espaço da Lamego Digit@l, na introdução à informática, sistema operativo Windows, uso da Internet, correio eletrónico, bem como processamento de texto.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vice-Presidente da Câmara.

08-ASSUNTO: MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR COM O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS LATINO COELHO (COD 20)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 550/20/12, da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultural, propondo que seja aprovada a minuta do

Presidente

Secretária

protocolo a celebrar entre o Município de Lamego e o Agrupamento de Escolas Latino Coelho – Lamego, para cedência do material audiovisual, propriedade do Município, destinado a apoiar o Curso de Técnico de Audiovisuais ministrado naquele estabelecimento de ensino.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vice-Presidente da Câmara.

09-ASSUNTO: REQUALIFICAÇÃO DO CAIS DE BAGAÚSTE E ADAPTAÇÃO PARA DESPORTOS NÃO MOTORIZADOS (COD 41)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 542/41/12 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º. 539/DOM de 11.10.2012, propondo à Câmara Municipal a prorrogação de prazo de execução da obra “Requalificação do Cais de Bagaúste e adaptação para desportos não motorizados até ao dia 17 de dezembro do corrente ano.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausentes o senhor Vice-Presidente da Câmara e o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

10-ASSUNTO: RENOVAÇÃO DO SANEAMENTO DO BAIRRO DA PONTE NO AMBITO DAS INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO BÁSICO AO NOVO HOSPITAL DE LAMEGO (COD 41)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 543/41/12 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º. 535-A e 538/DOM de 8/10/2012 e 10/10/2012, respetivamente, propondo à Câmara Municipal a ratificação do seu despacho datado de 11 de outubro de 2012, no qual aprovou o projeto e demais peças a patentear ao concurso para “Renovação do saneamento do Bairro da Ponte, no âmbito das infraestruturas de saneamento básico ao novo hospital de Lamego”, e autorizou a abertura de concurso público, nos termos propostos, através do seu despacho de 8 de março de 2012.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vice-Presidente da Câmara.

11-ASSUNTO: RECLAMAÇÃO DE UMA CASA EM RUÍNA (COD 42)

Presidente

Secretária

REQUERENTE: MARIA CLEMENTINA FELISBERTO CORREIA DE SOUSA**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DO REGO, ESTREMADOURO – PENAJÓIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 544/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que para os efeitos previstos no artigo 89º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, propõe que seja deliberado a homologação do auto de vistoria N.º 27, de 1 de outubro de 2012, e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo V – conclusão, do citado auto de vistoria.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vice-Presidente da Câmara.

12-ASSUNTO: QUEIXA DE CASA EM RUÍNA (COD 42)**REQUERENTE:** JUNTA DE FREGUESIA DE FERREIRIM**LOCAL DA OBRA:** RUA CIMO DO POVO, VILA MEÃ – FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 545/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que para os efeitos previstos no artigo 89º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, propõe que seja deliberado a homologação do auto de vistoria N.º 24, de 20 de setembro de 2012, e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo V – conclusão, do citado auto de vistoria.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vice-Presidente da Câmara.

13-ASSUNTO: CASA EM RUÍNA (COD 42)**REQUERENTE:** ANTÓNIO LUÍS DUARTE SILVA**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DO BAIRRAL, SOUTO COVO – ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 546/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que para os efeitos previstos no artigo 89º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, propõe que seja deliberado a homologação do auto de vistoria N.º 20, de 21 de agosto de 2012, e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo V – conclusão, do citado auto de vistoria.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vice-Presidente da Câmara.

Presidente

Secretária

14-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO COLETIVA E COMÉRCIO (COD 42)**REQUERENTE:** JOSÉ PEREIRA GONÇALVES**LOCAL DA OBRA:** RUA DA SEARA - ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 547/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 3289, de 4/10/2012, e do parecer do Chefe da DUDE, de 8/10/2012, referindo que o requerente foi notificado, nos termos do n.º 5 do artigo 71º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, do projeto de decisão de declaração de caducidade do alvará de licença de obras n.º 57/07, nos termos da alínea d) do n.º 3 do referido artigo, dado que não concluiu as obras no prazo de validade do alvará, no entanto, não se pronunciou no prazo concedido, pelo que, propõe que a Câmara Municipal delibere a caducidade do alvará de licença n.º 57/07.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, a caducidade do alvará de licença n.º 57/07, tendo em conta a informação dos serviços técnicos.

Ausente o senhor Vice-Presidente da Câmara.

15-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR (COD 42)**REQUERENTE:** ANTÓNIO DA FELICIDADE FONSECA**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DA FONTE FORCADA - PENUDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 548/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 2996, de 6/09/2012, referindo que o requerente não solicitou a emissão do alvará de licença de obras, no prazo de um ano, após a notificação, pelo que o ato de licenciamento caduca, nos termos do n.º 2 do artigo 71º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal, com audiência prévia do interessado.

Face ao exposto, propõe que a Câmara Municipal delibere promover a audiência prévia, nos termos do n.º 5 do citado artigo.

Deliberado: Aprovado por unanimidade, nos termos propostos.

Ausente o senhor Vice-Presidente da Câmara.

16-ASSUNTO: REQUALIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES (COD 42)

Presidente

Secretária

REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LAMEGO

LOCAL DA OBRA: RUA DOS BOMBEIROS VOLUNTARIOS - ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 549/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, referindo que a requerente solicitou, em 13/09/2012, a dispensa total do pagamento das taxas da licença de construção, bem como da licença de utilização, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 26º, do Regulamento Geral de Taxas e Licenças do Município de Lamego.

Nos termos da informação n.º 3167 de 24/09/2012 e do parecer do chefe da DUDE de 26/09/2012, e de acordo com o referido no artigo 24º do Regulamento Geral de Taxas e Licenças do Município de Lamego, compete à câmara municipal deliberar sobre as dispensas totais ou parciais do pagamento de taxas municipais e nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 26º, do citado regulamento, e, se for esse o seu entendimento, pode isentar ou reduzir o pagamento das taxas constantes da Tabela Geral anexa. A requerente enquadra-se numa pessoa coletiva de utilidade pública e o valor das taxas sujeitas a redução ou isenção é de 15.659,68€, dado que a TMU, no valor de 13.583,88€, não é abrangida pela redução ou isenção.

No entanto, de acordo com o nº2 do artigo 24º, do Regulamento Geral de Taxas e Licenças do Município de Lamego, ficarão liminarmente excluídas dos benefícios todas as intervenções iniciadas clandestinamente.

Assim, e dado que se está perante um processo de ampliação e de legalização, não estão reunidas as condições para conceder os referidos benefícios. No entanto, dado que se trata de uma Associação Humanitária que é subsidiada pelo município (Bombeiros Voluntários), propõe que a Câmara Municipal delibere sobre o pedido da requerente.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido da requerente isentando-a do pagamento de taxas da licença de construção, bem como da licença de utilização, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 26º, do Regulamento Geral de Taxas e Licenças do Município de Lamego, tendo em conta o interesse público pelas atividades desenvolvidas por esta Associação Humanitária.

Ausente o senhor Vice-Presidente da Câmara.

17-ASSUNTO: VISTORIA POR 3 TÉCNICOS – PROC. N.º 2/11-A (COD 42)

Presidente

Secretária

REQUERENTE: JOÃO DA SILVA**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DO CHALÉ – CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 551/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara Municipal que, com base na Informação n.º 496/DAC/2012, de 02.10.2012, delibere derrogar a deliberação tomada na reunião de 24/01/2012, de homologação do auto de vistoria n.º 64/2011, e, consequentemente, dando-se sem efeito toda a tramitação procedimental subsequente.

Deliberado: Retirado da ordem de trabalhos, por se encontrar ausente o autor da proposta.

Ausente o senhor Vice-Presidente da Câmara.

18-ASSUNTO: PROC. N.º 1113/09.9BEVIS – AÇÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL (COD 42)

REQUERENTE: CONSTRUÇÕES RAMOS & MARAVILHA, LDA.**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DO CHALÉ – CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 552/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara Municipal que, atento o acórdão proferido pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, nos autos referenciados em epígrafe, e com base na informação n.º 351/DAC/2012, de 31/07/2012, delibere ser sua intenção vir a declarar a nulidade das deliberações de 22.03.2004, 14.06.2004, 21.11.2004 e 27.06.2005, nos termos do disposto na alínea a) do art. 68.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, uma vez que as alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 2/87, para os lotes 3 e 4, aprovadas através dessas deliberações, violaram o disposto nos artigos II/A/5, II/A/7, II/B/4 e II/B/5 do Plano Geral de Urbanização de 1959, antecedida da audiência prévia da sociedade Construções Ramos & Maravilha, Lda., a promover nos termos do disposto no art. 101.º do CPA.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ser sua intenção vir a declarar a nulidade das deliberações de 22.03.2004, 14.06.2004, 21.11.2004 e 27.06.2005, e proceder à audiência prévia da sociedade Construções Ramos & Maravilha, Lda., nos precisos termos proferidos pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu.

Ausente o senhor Vice-Presidente da Câmara.

Presidente

Secretária

19-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO COLECTIVA (COD 42)**REQUERENTE:** JOSE DA SILVA & RIBEIRO DOS SANTOS LDA.**LOCAL DA OBRA:** QUINTA DO RABOLAL — ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 553/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, referindo que o requerente solicitou, em 09/10/2012, o pagamento das taxas urbanísticas pela emissão da licença de construção e das obras de urbanização, no valor de 50.540,71€, em 10 prestações mensais no valor de 5.054,07€, nos termos do n.º 1 do artigo 15º do Regulamento Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego.

O requerente justifica o pedido com fundamento na atual crise económica que o sector da construção está a atravessar, bem como por indisponibilidade financeira.

Face ao exposto, propõe que a Câmara Municipal aprecie o pedido do requerente, devendo ser deliberado se concede, ou não, o pagamento em 10 prestações mensais.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pagamento das taxas urbanísticas pela emissão da licença de construção e das obras de urbanização, no valor de 50.540,71€, em 6 prestações mensais e iguais no valor de 8.423,45€.

Ausente o senhor Vice-Presidente da Câmara.

20-ASSUNTO: DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DOS DIRIGENTES (COD 44)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 553/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 516/DAC, de 10/10/2012, relativa às despesas de representação dos dirigentes, informando o seguinte:

Considerando que foi publicado e entrou em vigor a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado;

Presidente

Secretária

Considerando que o n.º 1 do artigo 24.º deste diploma prevê que aos titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau podem ser abonadas despesas de representação no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, através do despacho conjunto a que se refere o n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, sendo-lhes igualmente aplicáveis as correspondentes atualizações anuais;

Considerando que, de acordo com o disposto no n.º 2 do mesmo artigo e diploma citado, a atribuição de despesas de representação nos termos do número anterior é da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal;

Considerando ainda que aos dirigentes atualmente em funções no Município de Lamego (chefes de divisão) estão a ser pagas despesas de representação desde a data da sua tomada de posse, de acordo com o respetivo estatuto remuneratório, nos termos do artigo 15º-A do Decreto-Lei n.º 93/2004 acima referido, diploma que adaptou a Lei n.º 2/2004 às especificidades da administração local;

Face ao exposto, propõe que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 24º da lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, delibere aprovar a presente proposta de manutenção do abono de despesas de representação, com efeitos retroativos à data da entrada em vigor do citado diploma, aos Chefes de Divisão Municipal que se encontram atualmente em funções e submeter esta proposta à aprovação da Assembleia Municipal.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta de manutenção do abono de despesas de representação, com efeitos retroativos à data da entrada em vigor do citado diploma, aos Chefes de Divisão Municipal que se encontram atualmente em funções, devendo este assunto ser submetido à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 24º da lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

Ausente o senhor Vice-Presidente da Câmara.

21-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO (COD 51)

REQUERENTE: PAULO ALEXANDRE PEREIRA TEIXEIRA – OLD ROCK CAFÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 555/51/12 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, para que, no seguimento do

Presidente

Secretária

pedido do senhor Paulo Alexandre Pereira Teixeira, gerente do Old Rock Café, seja ratificado o seu despacho datado de 18 de outubro de 2012, no qual autorizou o prolongamento de funcionamento de horário, das 02H00 da manhã para as 04H00, nos dias 7 e 8 de Janeiro de 2012 e que seja autorizado o mesmo horário para os dias 3, 4, 10, 11, 17, 18, 24 e 25 de novembro de 2012, e 1, 2, 8, 9, 15, 16, 22, 23 e 31 de dezembro de 2012, nos termos estabelecidos no artigo 3º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respetivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do nº 1 do artigo 3º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vice-Presidente da Câmara.

22-ASSUNTO: PAGAMENTO DA TAXA DEVIDA PELA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO DO CAFÉ IV ESTAÇÕES (COD 47)

REQUERENTE: SEBASTIÃO PAIVA UNIPESSOAL, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 556/47/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, referindo que Sebastião Paiva Unipessoal, Lda., na qualidade de adjudicatário do direito à utilização, a título precário, do espaço do domínio público municipal, destinado a café e esplanada, na Av. Dr. Alfredo de Sousa, veio comunicar que “devido aos seus afazeres”, não procedeu ao pagamento da taxa devida pela ocupação, no prazo devido. Pretendendo proceder ao pagamento em causa, foi informado que teria que proceder ao pagamento em dívida, acrescido da quantia de 20%.

Determina o contrato celebrado que a falta de pagamento no período indicado, da taxa mensal a que está obrigado, e independentemente da cobrança coerciva, dá lugar, por deliberação da Câmara Municipal, à declaração de perda do direito de ocupação e ao correspondente despejo sob a forma mais expedita prefigurada em lei, exceto se o concessionário, até ao termo do mês em que o pagamento era devido, liquidar a quantia em dívida, acrescido do valor de 20%.

Presidente

Secretária

Atendendo à conjuntura económico-financeira que o nosso país atravessa, propõe à Câmara Municipal que delibere aceitar o pagamento em singelo da taxa devida, dispensando o requerente do pagamento da referida quantia de 20% e que delibere, ainda, não declarar a perda do direito de ocupação em causa.

Deliberado: Dado não haver uma forma reiterada de incumprimento, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, excecionalmente, aceitar o pagamento em singelo da taxa devida, dispensando o requerente do pagamento da referida quantia de 20%, bem como não declarar a perda do direito de ocupação em causa. Ausente o senhor Vice-Presidente da Câmara.

APÓS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

23-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS (**COD 26**)

REQUERENTE: COMISSÃO DE FESTAS DE VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 557/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, seja autorizado o lançamento de fogo-de-estoura, no dia 7 de dezembro de 2012, das 22.00 horas às 22.15 horas, e no dia 8 de dezembro, das 12.00 horas às 12.15 horas para a realização das Festas em Honra de Nossa Senhora da Conceição, a realizar no Lugar da Igreja, na freguesia de Valdigem.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausente o senhor Vice-Presidente da Câmara.

24-ASSUNTO: PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2013 DA LAMEGO CONVIDA – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS, EEM (**COD 22-A**)

Presidente

Secretária

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 558/22-A/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referindo que, na sequência do ofício n.º 476, de 25 de outubro de 2012, emanado da Lamego Convida - Gestão de Equipamentos Municipais, EEM, e de acordo o artigo 26º dos Estatutos da Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais, EEM, propõe à Exma. Câmara Municipal, a apreciação e deliberação do Plano de Atividades e Orçamento para 2013 da Lamego Convida - Gestão de Equipamentos Municipais, EEM.

Deliberado: A proposta foi aprovada, por maioria, com os votos a favor dos senhores vereadores da coligação PSD/CDS-PP e o voto contra do Vereador do PS, tendo o senhor Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, prestado a seguinte declaração de voto: “Voto contra este Plano e Orçamento da Lamego Convida, para o ano económico de 2013 baseado nas razões e fundamentos que o Partido Socialista sempre manifestou contra esta empresa, desde a sua constituição à atualidade, e que constam em todas as declarações de voto produzidas por nós sobre este assunto. Acresce no corrente Plano as incompreensíveis estimativas de receita plasmadas neste documento, que não são absolutamente nada credíveis e não se baseiam em rigorosamente nenhuma base justificativa que em lado algum pudesse estar escrito a justificar tais valores. É inaceitável prever uma receita de 3.854.463,38 € para 2013, baseada numa receita em lado algum explicada de 759.215 € para o corrente ano, sabendo todos nós que a receita efetiva encaixada no pretérito ano económico de 2011 se ficou pelos 335.591 €. Estimar, portanto, aumentos de receita própria na ordem dos 126% do ano passado para este ano e de 1.149 % de 2013 para 2011 é um absoluto e completo disparate, inimaginável seja por quem for. Ainda por cima sem quaisquer fundamentos que o sustentem, já que no sector onde tal aumento se poderia basear – a exploração do Pavilhão Multiusos – nada de concreto, em termos de ações e/ou eventos, está contemplado. Ainda por cima, este documento não reflete, em lado algum, qualquer consideração e proposta de solução sobre o processo de cessação da gestão do Centro, por parte da Lamego Renova à Lamego Convida, cessação que, como todos sabemos, foi chumbada pelo Tribunal de Contas. Por todas estas razões não podemos, uma vez mais, votar favoravelmente tal Plano e Orçamento.”

Ausentes os senhores Presidente e o Vice-Presidente da Câmara Municipal.

Presidente

Secretária

25-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DA DÍVIDA DA RENDA DA HABITAÇÃO (COD 31)**REQUERENTE:** RAUL FEVEREIRO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 559/31/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, a qual refere que o senhor Raul Fevereiro, morador na Quinta de Sto. António, lote 33, bloco A - 2.º-frente, possui rendas de habitação em atraso no valor de 789,91 € (setecentos e oitenta e nove euros e noventa e um cêntimos), o que, de acordo com a legislação em vigor, lhe confere o direito de proceder ao pagamento em prestações, desde que estas não excedam em caso algum o n.º de 36 e o valor de qualquer uma delas não seja inferior a uma unidade de conta, que este ano se cifra na quantia de 102,00 €. No entanto, e em casos de notória e comprovada debilidade económica, como é o caso desta família, o que se pode facilmente aferir atentando aos documentos comprovativos dos rendimentos, poderá esta Câmara Municipal, extraordinariamente, deferir o pagamento em quarenta prestações, trinta e nove no valor de 19,75 € e uma no valor de 19,66 €. Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que seja analisado e deliberado o pedido do requerente.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão do requerente, autorizando o pagamento da dívida da renda da habitação em quarenta prestações.

Ausente o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal.

26-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DA DÍVIDA DA RENDA DA HABITAÇÃO (COD 31)**REQUERENTE:** JOÃO JOSÉ SOARES DOS ANJOS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 560/31/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, a qual refere que o senhor João José Soares dos Anjos, morador na Quinta de Sto. António, lote 32, bloco A - 2.º-esquerdo, possui rendas de habitação em atraso no valor de 340,05 € (trezentos e quarenta euros e cinco cêntimos), o que, de acordo com a legislação em vigor, lhe confere o direito de proceder ao pagamento em prestações, desde que estas não excedam em caso algum o n.º de 36 e o valor de qualquer uma delas não seja inferior a uma unidade de conta, que este ano se cifra na quantia de 102,00 €. No entanto, e em casos de notória e comprovada debilidade económica, como é o caso desta família, o que se

Presidente

Secretária

pode facilmente aferir atentando aos documentos comprovativos dos rendimentos, poderá esta Câmara Municipal, extraordinariamente, deferir o pagamento em dez prestações, no valor de 34,05 €.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que seja analisado e deliberado o pedido do requerente.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão do requerente, autorizando o pagamento da dívida da renda da habitação em dez prestações.

Ausente o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 84º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, inscreveram-se os seguintes munícipes:

- 1- Jaime, Foz de Baixo, freguesia de Ferreiros de Avões;
- 2- Luis Manuel Silva Mendes, Lazarim;
- 3- Moradora do Povo da Vingada, Lazarim;
- 4- Dimas da Piedade Francisco, Cepões;
- 5- Maria Liliana Monteiro, Presidente da Junta de Freguesia de Magueija; e Norberto de Castro Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim.

1- Tomou a palavra o senhor **Jaime Xavier** residente na Foz de Baixo, freguesia de Ferreiros de Avões, dando conta, uma vez mais, do mau estado em que se encontra o Caminho que liga o Lugar de Foz de Baixo ao Lugar de Lamas, Cambres, solicitando o seu calcetamento em cubos.

Referiu-se também à falta de gestão de combustíveis num terreno no Lugar da Foz de Baixo. Disse já ter vindo à Câmara falar com o senhor Vereador Manuel Coutinho e que lhe recomendou dirigir-se à GNR de Lamego.

Por fim, referiu-se à iluminação pública no referido lugar da Foz de Baixo, afirmando que não está nenhuma lâmpada a funcionar.

Em resposta, o senhor **Vereador Manuel José Carmo Coutinho**, referiu que o caminho é muito estreito e que só se consegue ir lá com a mini-giratória da

Presidente

Secretária

Câmara, que está avariada, encontrando-se para arranjar há mais de dois meses. Disse que, logo que possível, irá mandar para lá a referida máquina para dar um arranjo ao caminho da Foz de Baixo, pedindo, assim, a compreensão do senhor Jaime Xavier, dado que se recorrer a um serviço exterior o aluguer de uma máquina a Câmara acarretará muito mais custos.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, usou da palavra, começando por informar o senhor Jaime Xavier que a limpeza de bermas e caminhos é uma competência da Junta de Freguesia, delegada através do protocolo de delegação de competências, para isso lhes transfere também os meios financeiros adequados à execução dos serviços.

Quanto à limpeza do silvado, incumbiu o senhor Vereador Manuel José Carmo Coutinho de notificar os proprietários do terreno para procederem à limpeza do mesmo e, ainda, comunicar à GNR para efeitos de levantamento do auto de notícia. Relativamente à iluminação pública a Câmara adotou a medida de reduzir a eletrificação nas zonas rurais, por causa do aumento do IVA de 6% para 23%. A adoção destas medidas permite-nos apurar, já nesta data, uma poupança significativa para o Município de 25% dos custos. No entanto, para verificar a situação exposta irá ser mandado ao local o técnico dos serviços competente para o efeito.

2- Tomou a palavra o senhor **Luis Manuel Silva Mendes**, residente no Povo da Vingada, freguesia de Lazarim, para informar a Câmara Municipal que o caminho, que liga o centro da freguesia até ao Lugar da Vingada, numa distância de 200m a 300m de calçada à portuguesa está muito degradado, dada a falta de paralelos, existindo, portanto, muitos buracos no pavimento.

Afirmou, que, disso, tem dado conhecimento à Junta de Freguesia de Lazarim, mas que esta não fez nada. Solicitou, por isso, a intervenção da Câmara Municipal para resolução deste assunto.

Informou, ainda, que o referido povo não tem abastecimento de água nem saneamento.

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, confirmou que a realização desta obra foi uma promessa feita aquando das eleições, através da construção de uma nova ponte que permitisse o acesso ao povo da Vingada, mas esta obra não foi aprovada.

Presidente

Secretária

Afirmou que a realização desta obra não foi esquecida, tendo pensado em alargar a ponte e fazer a melhoria do acesso. É que para fazer um acesso novo precisaria da permissão do senhor padre da freguesia para passar nos terrenos da paróquia, o qual tem mostrado renitências acerca deste assunto.

Portanto, o senhor Presidente afirmou que o caminho mais fácil e viável de resolver será com a colocação de paralelo ou betuminoso, incumbindo, assim, os serviços da DMSU, para ir ao local averiguar e fazer o levantamento da situação para verificar o que se pode aproveitar na calçada, para a parte necessitada ser preenchida com paralelo ou, então, com a colocação de betuminoso, a efetivar durante a estação da primavera.

Em relação à falta de abastecimento de água e saneamento, essas obras estão paradas porque se aguarda que este processo passe para a subvenção das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, ainda assim está a ser executado um projeto para Lalim e Lazarim.

No uso da palavra, o senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro**, disse ter duas notas a registar, uma para se regozijar com o bom exemplo que este debate representou, achando mesmo que este é o caminho certo para resolver os problemas das populações.

Quanto à segunda nota, é desejar que na primavera este assunto esteja, de facto, resolvido.

3- Usou da palavra uma **moradora do Povo da Vingada, Lazarim**, para perguntar ao senhor Presidente da Câmara porque razão as crianças de Lazarim, que saem de casa tão cedo para virem para a escola da Sé, chegam tão tarde a casa, sendo mesmo os últimos a regressar, afirmando que todos os anos é debatido este assunto, mas que nunca ficou resolvido.

Em resposta o senhor **Presidente da Câmara** disse que no próximo ano, em maio, irão discutir este assunto, aquando da atribuição dos circuitos, para ver o que se pode fazer.

4- Tomou a palavra o senhor **Dimas da Piedade Francisco** para informar o senhor Presidente da Câmara de que todos os dias passa no Relógio do Sol e a estrada está cada vez mais danificada.

Presidente

Secretária

De seguida, referiu-se aos requerimentos que tem apresentado nesta Câmara, aos quais não tem obtido resposta.

Questionou, ainda, o senhor Presidente se tem conhecimento pormenorizado sobre os lugares por onde andam as viaturas do Município, nomeadamente a que habitualmente é conduzida pelo senhor António Manuel Santos Rodrigues.

Em resposta o senhor **Presidente da Câmara** disse que as viaturas do Município têm dois tipos de distribuição: as que são entregues aos serviços diretamente e as que são de utilização geral, sendo feita uma requisição prévia, para posterior utilização, por qualquer trabalhador que necessite de deslocar a qualquer lado em serviço.

Quanto à viatura habitualmente conduzida pelo senhor António Manuel Santos Rodrigues, está afeta diretamente ao serviço do Gabinete de Apoio às Freguesias, sendo, por isso, normal que o veja a conduzir a referida viatura.

5- Estiveram presentes, também, os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Magueija e de Lazarim, respetivamente, **Maria Liliana dos Santos Monteiro** e **Norberto de Castro Carvalho**, informando a Câmara Municipal de que a sua presença na reunião se devia ao facto de terem um assunto em comum, embora relativo a cada uma das Juntas de Freguesia.

Usou da palavra em primeiro lugar a senhora **Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro**, afirmando ter na sua posse um ofício endereçado à Junta de Freguesia de Magueija, pela ARS Norte, comunicando o encerramento da extensão de saúde de Magueija e, solicitando a entrada nas instalações cedidas pela Junta de Freguesia, para serem retirados os equipamentos informáticos e demais bens pertença daquele instituto público, o que ainda não aconteceu.

A senhora Presidente de Junta afirmou estar preocupada com esta situação, pois a povoação de Magueija, a verificar-se esta situação, irá deixar de ter uma extensão de saúde e, conseqüentemente, um médico que os possa consultar, pelo menos uma vez na semana. Isto significa um prejuízo para a população e constituiu um grande transtorno para os idosos, uma vez que estes terão, assim, de se deslocar a Lamego, para obter uma consulta médica.

Solicitou, por isso, a intervenção da Câmara Municipal para diligenciar junto dos serviços da ARS Norte, com vista a conseguir o regresso de um médico à extensão

Presidente

Secretária

de saúde de Magueija, dado os enormes transtornos que a efetivação desta medida implica.

De seguida, tomou a palavra o senhor **Norberto de Castro Carvalho** que reiterou o que foi dito pela D. Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, acrescentando que recebeu um ofício de idêntico conteúdo da ARS Norte, relativamente à extensão de saúde de Lazarim.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim mostrou-se indignado com esta situação e manifestou estar, igualmente, preocupado com a população da sua freguesia, pois não têm como se deslocar até Britiande e, ou, Lamego, para receberem uma consulta médica, principalmente a população mais carenciada e com dificuldades de mobilidade.

Solicitou, igualmente, a intervenção da Câmara Municipal para diligenciar junto dos serviços da ARS Norte, a inversão do curso deste processo.

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, usou da palavra, começando por se solidarizar com os senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Magueija e Lazarim, afirmando não ter conhecimento de estar em curso qualquer reestruturação dos serviços de saúde desta natureza, no Município de Lamego. No entanto, sabe que a extensão de saúde de Magueija já não está a funcionar, neste momento, devido a uma ausência temporária da médica, que lá se encontrava colocada.

Informou que irá, de imediato, enviar uma carta ao senhor Presidente do Conselho Diretivo da ARS Norte a solicitar a marcação de uma reunião, para debater e clarificar este assunto, guardando para posterior momento a decisão que a Câmara irá tomar sobre esta matéria.

Não entende, portanto, a situação criada, ao mesmo tempo que não percebe as razões que justificam a posição da ARS Norte, exarada nas cartas enviadas.

24-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

25-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

Presidente

Secretária

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às doze horas e trinta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária